

UM LEVANTAMENTO ACERCA DAS INFLUÊNCIAS DA POLÍTICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Pedro Henrique Orlando; Charlles Tayomitsu Ono²

¹Graduando de Pedagogia pela FCT/Unesp – P. Prudente/SP, pedro.orlando@unesp.br;

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) FCT/Unesp – P. Prudente/SP,
ct.ono@unesp.br.

Resumo

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) vem com a proposta de equidar o acesso e a permanência dos estudantes nas esferas federais da educação superior. Seus efeitos colaterais — positivos e negativos — vem se tornando objeto de estudo entre os pesquisadores da Ciência Humana desde sua criação. Em relação à crescente produção de estudos baseados nos impactos sociais, acadêmicos e econômicos sobre o PNAES, evidencia a necessidade de um levantamento teórico sobre estes estudos, objetivando explorar brevemente os nichos que segmentam o assunto, e assim, obter uma compreensão maior sobre os impactos do programa governamental. Pensando justamente nessa necessidade que se faz presente em meio aos estudos produzidos ao longo dos anos, essa pesquisa qualitativa propõe um levantamento bibliográfico dos artigos científicos provenientes do banco de dados SciELO, dos quais se aprofundaram no assunto, o levantamento também conta com dados divulgados por instituições federais e governamentais, para obter repertório mais fundamentado e objetivo. Será mostrado, através deste presente trabalho, os impactos sociais e acadêmicos na vida dos alunos causados pela PNAES, e obrigatoriamente, entender como as políticas de apoio à permanência impactam positivamente a economia brasileira a longo prazo. Para assim, obter um aprofundamento melhor sobre a influência das políticas de apoio à permanência estudantil.

Palavras-Chave: Acesso à Educação Superior; Inclusão Social; Equidade de Oportunidades; Políticas de Apoio.

Introdução

A Educação Inclusiva é entendida como a prática que acolhe a todos, independentemente de suas habilidades, deficiências ou origens socioeconômicas e culturais (Carvalho, 2007), ou seja, a inclusão dentro da educação vem demonstrar para todos que as pessoas são igualmente importantes possibilitando novas aprendizagens para os estudantes que não conseguem, por algum motivo, se adaptar ou permanecer ao modelo do sistema educacional-tradicional e por conta disso são excluídas (Lima, 2006). Por causa desse contexto, a Educação Inclusiva traz a proposta de um lugar educacional onde todos os alunos tenham acesso à educação e permanência na mesma (Blanco, 2003).

Como forma de incluir os alunos de vulnerabilidade socioeconômica dentro das universidades públicas, o auxílio da permanência, o qual visa contribuir para a redução da evasão dos estudantes dentro da graduação, tendo um impacto positivo e significativo na saúde mental deles, proporcionando-lhes uma formação acadêmica sólida. Somente nos anos entre 2008 a 2013, o Ministério de Educação (MEC) investiu mais de R\$1 bilhão nas universidades estudantis oferecidas aos alunos de suas instituições federais (Brasil, 2013). Outro dado que demonstra os esforços governamentais na inclusão dos alunos vulneráveis economicamente, os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) quase quintuplicaram, com um salto de R\$126,3 milhões para R\$603 milhões em apenas alguns anos (Brasil, 2013), já no ano de 2024, o Ministério da Educação (MEC), destinou a incrível verba de R\$1,5 bilhões para a assistência estudantil (Brasil, 2024), com o objetivo de ampliar o auxílio estudantil e a inclusão social.

A partir desses dados levantados e analisados, se torna evidente o crescente aumento dos investimentos voltados à acessibilidade estudantil dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no entanto, por conta destes avanços nas políticas públicas de apoio à permanência estudantil, surge a necessidade do questionamento: será que essas políticas realmente estão cumprindo o seu papel de garantir a permanência e o sucesso acadêmico desses alunos?

Pensando justamente nisso, essa produção científica busca explorar as influências do Programa Nacional de Assistência Estudantil, para que isso seja possível, o artigo explicará, primeiro, a sua metodologia utilizada para o levantamento teórico, depois abordará a fundamentação teórica utilizada, que a primeiro momento pode-se dizer que envolveu diversos autores do campo das Ciências Sociais, e somente após estes itens, será aprofundado os detalhes das políticas de apoio à permanência estudantil, mergulhando um pouco na legislação brasileira, no impacto social das relações interpessoais entre os alunos da rede federal de educação superior brasileira. Logo após, será feita uma exploração dos impactos dentro da esfera estudantil como o desempenho acadêmico e a evasão são afetados pelo programa de apoio financeiro aos estudantes vulneráveis economicamente.

Finalizando o estudo com uma breve discussão sobre “direito ou bolsa?” que se faz necessário para o desenvolvimento acadêmico, por último, a conclusão final sintetiza, rapidamente, as informações prestadas e as evidentes necessidades que os estudantes brasileiros

têm em relação às bolsas de apoio financeiro.

Delineamento Metodológico

Esse levantamento teórico teve como base o método de pesquisa qualitativa, a qual segundo Cooper e Schindler (2011, p. 164) “[...] inclui um conjunto de técnicas interpretativas que procuram descrever, decodificar, traduzir e, dessa forma apreender o significado [...] de certos fenômenos ocorrendo de forma mais ou menos natural no mundo social”. Em outras palavras, essa pesquisa busca compreender os impactos sociais e acadêmicos das políticas de apoio a permanência estudantil e como elas moldam as experiências vividas dentro da instituição e contribuem para a acessibilidade e formação do estudante dentro das instituições públicas de educação superior.

Através da exploração das diferentes esferas impactadas pela PNAES, o presente projeto científico tem como objetivo ampliar o engajamento e os ramos de debates das temáticas em volta das bolsas e dos apoios aos estudantes do ensino superior, o que segundo Ono e Orlando (2023) através do engajamento e das discussões realizadas acerca de determinados temas, se torna possível alcançar uma espaço e sistema educacional mais inclusivo.

Para Boccato (2006, p. 266) “A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado [...]”, o que torna da pesquisa bibliográfica, um enfoque acerca do tema já pesquisado, trazendo perspectivas de autores anteriores visando trazer para o presente e para o futuro novas perspectivas e conceitos do tema já abordado, aumentando o conhecimento e aprofundamento científico do tema apresentado do levantamento bibliográfico.

O presente levantamento bibliográfico atingiu 22 artigos, dos quais foram utilizados como alicerces em diferentes ramos abordados ao longo do projeto, os artigos foram encontrados pela base de dados da SciELO, além de documentos oficiais do Estado e de universidades. Para melhor compreensão, o Quadro 1 separa os temas norteadores e o número de artigo, trabalho e/ou levantamento trabalho utilizado.

Quadro 1: Levantamento de trabalhos, em 15 de março de 2025

Descritores Norteadores	Temática Abordada	Total Selecionado
--------------------------------	--------------------------	--------------------------

Apoio financeiro e programa de permanência	Assistência Estudantil	8
Educação Inclusiva e acesso ao ensino superior	Inclusão e Acesso na Educação	6
Evasão universitária, renda e desigualdade	Impactos Sociais e Econômicos do Apoio	4
Métodos de pesquisa, abordagens e fundamentação	Metodologia e Pesquisa	4

Fonte: Elaborado pelos autores

Ao dispor da confiabilidade de cada fundamento bibliográfico, foi analisada a validade e a confiabilidade de cada fundamento, como o banco de dados que os presentes artigos se encontram e a instituição fornecedora dos dados apresentados.

Todas as quatro temáticas apresentadas foram pensadas antes do levantamento bibliográfico e depois cada fonte bibliográfica foi encontrada em prol do levantamento da informação científica, ou seja, todas as fundamentações apresentadas já tinham um pré-requisito mínimo para serem lidas. Porém, mesmo assim, alguns artigos foram descartados em garantia da confiabilidade do projeto final, pois não foi colocado em pauta apenas o assunto abordado, mas sim a abordagem do autor (quanto mais imparcial, melhor), o seu histórico científico do determinado assunto escrito e — uma breve investigação — no currículo lattes e/ou informações acadêmicas e a seriedade das instituições que forneceram os dados utilizados neste projeto. Além disso, adotou-se um recorte de 25 anos. Abaixo, o quadro com todas as obras de fatos utilizadas nesse artigo:

Quadro 2: Meta dados do levantamento, em 15 de março de 2025

Natureza	Título	Autor
Artigo	As incomparáveis virtudes do mercado: políticas sociais e padrões de atuação do estado nos marcos do neoliberalismo	Moraes, 2000
	Aprendendo na diversidade: Implicações educativas	Blanco, 2003
	Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio.	Sparta; Gomes, 2005
	Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação.	Bocato, 2006
	Educação Inclusiva e Igualdade Social.	Lima, 2006

	Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”.	Carvalho, 2007
	Métodos de pesquisa em administração.	Cooper; Schindler, 2011
	Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.	Lobo, 2012
	Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários.	Machado; Pan, 2016
	Retensão e evasão no ensino superior brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do PNAES.	Saccaro; França; Jacinto, 2016
	O PNAES e sua importância para a inclusão social e educacional dos estudantes brasileiros.	Almeida, 2017
	Análise do desempenho dos discentes beneficiados pelo Programa PNAES na Universidade Federal do Rio Grande em 2015.	Freitas <i>et al.</i> , 2017
	A constituição da assistência estudantil como campo científico.	Dias; Sampaio, 2023
	Um Panorama da História da Religião Cristã no Brasil e Seus Impactos na Educação.	Ono; Orlando, 2023
Documentos Oficiais	Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).	MEC, 2010
	Manual de gestão do Programa Bolsa Permanência.	MEC, 2013
	Edição de 2015 contabiliza mais de 8,4 milhões de inscritos.	MEC, 2015
	Maioria dos alunos das universidades federais tem renda baixa e é parda ou preta e vem de escola pública.	ANDIFES, 2019
	Atualização da tabela com os valores das bolsas.	UFG, 2021
	Censo da Educação Superior 2023 aponta 1,3 milhão de estudantes na rede federal.	UFMS, 2023
	NAES: MEC vai ampliar assistência estudantil na educação superior.	MEC, 2024
	Institui o Programa Nacional de Apoio à Educação Superior (PNAES) e dá outras providências.	MEC, 2024

Fonte: Elaborado pelos autores

Fundamentação Teórica

A educação superior no Brasil tem sido um elemento crucial para o desenvolvimento brasileiro e para o desenvolvimento pessoal do indivíduo, por isso, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) vem para trazer a democratização dentro do ensino superior, oferecendo apoio financeiro aos alunos de baixa renda. Sparta e Gomes (2005) destacam o acesso à universidade como uma ascensão social, enquanto Fava-de-Moraes (2000) aponta que

as universidades têm grandes impactos positivos para a economia brasileira.

Por isso, torna-se relevante a discussão abordada por Machado e Pan (2016), onde eles colocam em pauta os efeitos sociais e acadêmicos das bolsas e auxílios financeiros. Lobo (2012) tem o papel de explorar a evasão, desde o termo até em sua praticidade brasileira.

Dentro do levantamento teórico, a educação inclusiva e diversa são temas explorados, desde sua primeira página até a última, por isso a análise do conceito de “educação inclusiva” feita pelas autoras Blanco, Lima e Carvalho se faz importante desde o início do presente projeto.

Também foram utilizadas fontes de dados divulgados pelo Governo Federal, Ministério da Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Paraná e ANDIFES, trazendo uma análise de dados, fatos e dos trabalhos apresentados/levantados por eles

Aprofundamento e detalhes das políticas de apoio

Para entender a influência que as políticas de apoio à permanência estudantil exercem na nossa sociedade estudantil, é preciso, primeiro, entender os detalhes das mesmas, como seus objetivos centrais e público alvo (além de outras características), é claro. De acordo com um levantamento de dados feito por Mônica Sparta e Willian Gomes (2005), apenas 77,0% dos alunos de escolas públicas pretendiam realizar o vestibular após a conclusão do ensino médio, enquanto 95,4% dos alunos de escolas particulares pretendiam realizar o vestibular. Ainda segundo os autores, os estudantes de escolas públicas viram a entrada imediata no mercado de trabalho como uma alternativa significativa, demonstrando interesse na educação profissional. Esses achados podem estar relacionados à condição socioeconômica dos envolvidos, uma vez que a entrada imediata no mercado de trabalho implica no crescimento da renda familiar. Outro ponto abordado por eles foi “a importância atribuída pelos estudantes das escolas públicas à alternativa curso pré-vestibular pode ter relação com uma preocupação com a qualidade de formação escolar” (Sparta; Gomes, 2005).

Resumindo, a precariedade e a falta de investimento financeiro do governo dentro da educação pública para os adolescentes, torna-se um fator significativo para a contribuição da falta de interesse aos alunos regularmente matriculados nas instituições públicas de ensino médio, além disso, a decisão dos alunos com a entrada direta ao mercado de trabalho, frequentemente os colocarão em trabalhos informais ou com salários baixos, na busca de curto

prazo da renda estável. Ocasionalmente um ciclo de escassez informacional e financeira, fomentando a desigualdade social e econômica dentro do Brasil entre as camadas sociais do país.

Pensando na situação de vulnerabilidade financeira dos alunos de escolas públicas, tal como a menção anterior, o Ministério da Educação (MEC), no ano de 2010, instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil, objetificando:

Garantir as condições de permanência e o êxito dos estudantes matriculados nas instituições federais de educação superior e de educação profissional e tecnológica, com especial atenção aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. [...] Os objetivos da Pnaes incluem democratizar o acesso à educação pública federal, minimizar desigualdades sociais e regionais, reduzir taxas de retenção e evasão, e melhorar o desempenho acadêmico e a inclusão social dos estudantes. Implementada conforme a disponibilidade de recursos orçamentários (Brasil, 2010).

Ou seja, o oferecimento de assistência estudantil da PNAES, contribui para uma maior inclusão social, permitindo que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham acesso e permaneçam na educação superior (Almeida, 2017), contribuindo para o desenvolvimento da educação inclusiva brasileira, segundo o conceito dos autores Carvalho, Lima e Blanco, mencionados anteriormente.

O MEC afirma que o público alvo da PNAES “abrange preferencialmente estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que necessitam de apoio para garantir sua permanência e conclusão dos estudos” (Brasil, 2024). Segundo o site do Governo Federal, em 2024, o PNAES conseguiu beneficiar 400 mil estudantes. Embora esse número pareça favorável, ele se torna quase "insignificante" quando comparado ao Censo da Educação Superior de 2023, que registrou 1,3 milhões de estudantes na rede federal (UFMS, 2023). Isso significa que apenas 30,77% dos alunos federais, regularmente matriculados em suas respectivas universidades, recebem apoio governamental para garantir que "todos os estudantes se sintam pertencentes e tenham as mesmas oportunidades" (Brasil, 2024). Outro dado relevante, segundo a ANDIFES (2019), é que 70,2% dos estudantes da rede federal possuem uma renda per capita familiar de até um salário e meio, mas o dado alarmante é que 26,93% desses alunos recebem, no máximo, um salário mínimo. Segundo a ANDIFES (2019), os alunos recebem, principalmente, a assistência de alimentação, de moradia, de transporte e de permanência, e os apoios financeiros custeados pelo governo federal se tornam insuficientes frente aos 70,2% dos alunos que necessitam de apoio financeiro para a permanência estudantil na rede superior.

Se aprofundando mais aos detalhes das bolsas, para encontrar os valores do apoio, foi utilizado como fonte a Universidade Federal de Goiás (2021) que disponibilizou em seu site, o valor de suas bolsas, sendo a Bolsa Moradia (Câmpus Goiânia) com o auxílio de R\$700,00 e a Bolsa Alimentação (Câmpus Goiás) com o auxílio de R\$300,00. Em relação às outras principais bolsas catalogadas pela a ANDIFES, não foram encontradas as informações necessárias para serem colocadas neste presente estudo, considerando o salário mínimo da época (R\$1.100,00), a junção dos valores das bolsas representa um valor de 90,91% do salário mínimo daquele ano, em outras palavras. Até os alunos que são alcançados pela PNAES ainda precisam se preocupar com a sua renda financeira, o que fere a intuição geral do próprio PNAES.

Resumindo as informações apresentadas por meio de levantamentos de dados de instituições conectadas à educação, das quais foram apresentadas por este trabalho, tornou-se evidente a carência dos alunos em relação ao apoio financeiro provido pelo governo federal, tanto em números de alunos beneficiados, quanto no valor das bolsas disponíveis a eles, principalmente, se considerar a maioria dos alunos nas instituições federais precisam da PNAES, como foi apresentada pela ANDIFES, a representante oficial das universidades federais.

A esfera estudantil e as bolsas de apoio

Segundo um estudo documental feito pelos pesquisadores Jardel Machado e Miriam Pan, realizado na Universidade Federal do Paraná, trouxe alguns pontos relevantes para entender sobre o impacto da PNAES:

Ser um “dependente” é um primeiro elemento apresentado pela estudante como possibilidade para o sentimento de vergonha. Dependere de tantas ações (e quanto mais, pior!) Constitui um lugar não confortável, ao mesmo passo que receber algo como benefício, e não como direito, configura sentidos negativos, constrange. (Machado; Pan, 2016, p. 482).

Levantando uma perspectiva, a qual os estudantes que precisam da PNAES para conseguir se manter em seu respectivo curso da graduação sofrem com o sentimento de vergonha e constrangimento. Evidenciando uma barreira social para a efetividade da PNAES. Machado e Pan (2016) trazem em pauta a direção da bolsa aos estudantes, pois como a bolsa está direcionada aos estudantes de vulnerabilidade socioeconômica, os demais alunos veem os bolsistas como estudantes quebrados, fracassados e sem condições de manterem os próprios estudos, submetendo-os a um preconceito dentro das instituições do ensino superior.

Dentro desse contexto apresentado pelos alunos da Universidade Federal de Paraná, surgiu a necessidade de pensar em “oficializar isso [políticas de apoio] como um direito daquele aluno. Há uma diferença, querendo ou não. Tanto é que se isso fosse realmente instituído e visto como um direito dos alunos que têm essa necessidade, acabaria não ocorrendo o preconceito” (Machado; Pan, 2016, p. 483), os entrevistados pelo estudo documental relatam serem vítimas de preconceitos entre os demais alunos, como medida contra isso, a universidade não divulga a lista dos alunos dependentes dos apoios oferecidos, entretanto, os resultados da pesquisa documental mostram que a ação universitária não foi eficiente, enaltecendo a necessidade sobre a discussão “direito ou benefício” em relação às políticas de apoio.

Um dos impactos identificados por este levantamento teórico, segundo o estudo documental e o relato de experiência dos alunos da Universidade Federal do Paraná, aponta que há um aumento de discriminação de classes entre os próprios alunos da rede federal de educação superior.

Foi possível:

Que a bolsa permanência reduz a evasão em uma amostra de alunos oriundos de uma situação socioeconômica não favorável. Esse grupo, além de lidar com os custos de oportunidade, muitas vezes enfrenta dificuldades financeiras que influenciam na sua decisão de abandonar o ensino superior. (Saccaro; França; Jacinto, 2016).

Tendo uma redução, aproximada, em 6% de evasões dentro do âmbito da educação superior. Trazendo uma definição mais específica sobre “evasão” a pesquisadora Lobo (2012) explica este termo como o ato de um aluno deixar o seu curso superior por qualquer razão, abandonando os seus estudos, mas algumas universidades não consideram o abandono do aluno como evasão se a vaga for preenchida por outro estudante, o que é contra o pensamento da pesquisadora Lobo, já que para ela, qualquer evasão é considerada uma perda, principalmente para o indivíduo, tornando-se necessário entender o motivo do abandono, visando lutar pela redução. Embora em um contexto econômico, 6% de redução na taxa de evasão efetivada pela PNAES é considerada pequena:

Os impactos positivos que a conclusão do ensino superior trará para o indivíduo, como o aumento do seu salário durante a sua vida produtiva, é positivo. [...] o prêmio salarial decorrente de terminar o ensino superior é elevado (32,8% em 2004), [...] A sociedade também pode se beneficiar desse investimento por meio das externalidades positivas geradas, como um aumento na produtividade. Portanto, percebe-se que a concessão de auxílio financeiro para esses estudantes pode ser uma medida eficaz para reduzir as taxas de evasão e aumentar a quantidade de profissionais qualificados no mercado de trabalho. (Saccaro; França; Jacinto, 2016).

Compreendendo que a PNAES contribui para a redução da alta taxa de evasão dentro do ensino superior que o Brasil enfrenta, será explorado como a PNAES impacta na relação do desempenho acadêmico dos estudantes beneficiados, a base deste tema está na análise desenvolvida pelos pesquisadores Tiarajú Freitas, Sirlei Schirmer, Helen Gonçalves e Juliano da Silva (2017), o qual levantou dados de 8.842 discentes da Universidade Federal do Rio Grande, os estudantes que não são beneficiados por nenhuma bolsa de apoio financeiro (6638 alunos), têm a média do coeficiente de rendimento (CR) em 5,1; enquanto, os alunos que beneficiados somente pela bolsa Moradia e a Alimentação, tem a média do CR em 6,6; sendo 1.5 maior do que os alunos não beneficiados pelas bolsas de apoio. Estes alunos têm a sua média de CR maior porque quando são beneficiados pelas bolsas de apoio financeiro, tornam-se menos preocupados com o seu próprio sustento, dando-os mais tempo para seus estudos e desenvolvimento acadêmico. Uma prova disso é que (ainda segundo o estudo apresentado) é que os alunos beneficiados por apoio à moradia, alimentação e transporte tem a média do CR estipulado em 7,0; ou seja, a média destes alunos é 0,6 maior que os alunos beneficiados pela moradia e alimentação, mas sem o apoio de transporte, e 1,9 maior dos alunos sem nenhuma espécie de apoio financeira. Algo que vale destacar para a consideração destes dados é:

[...] a literatura acadêmica que busca medir o desempenho acadêmico dos estudantes cita que existe um conjunto de variáveis que podem impactar no desempenho dos discentes como a sua família, nível de renda da família, desempenho progressivo do estudante antes de entrar no ensino superior, se ele é oriundo de escola pública ou privada, se é casado ou solteiro, se possui filhos, se trabalha, se é o principal responsável pela renda da família, etc. (Freitas; *et al.*, 2017, p.8).

Compreendendo essa observação feita pelos autores, mesmo que os dados se mostram favoráveis para os estudantes beneficiados pelas bolsas, com a relação de quanto mais bolsas, maior o CR. Ainda há variáveis que não puderam ser consideradas para o aumento da objetividade dos dados levantados, porém, em primeiro momento, é perceptível que os estudantes beneficiados realmente apresentam notas maiores, tornando possível afirmar que as bolsas da PNAES realmente interfere na melhora do desempenho acadêmico dos alunos beneficiados pelo programa, mesmo que não tenha, ainda, uma quantificação exata do aumento do quadro acadêmico. Assim como foi observado pelos autores:

Em relação ao coeficiente de rendimento - CR, de maneira geral, o desempenho dos estudantes que são beneficiados produz um resultado médio de coeficiente de

rendimento acima dos estudantes que não são beneficiados [...] Diante do exposto, considerando-se que o PNAES tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão, pode-se afirmar com base nos indicadores expostos que as políticas de assistência estudantil implementadas pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, atendem tais objetivos e vão além deles, pois os estudantes beneficiários possuem CR superior aos não beneficiados e taxas de evasão do sistema de ensino de graduação e de retenção inferiores a dos não beneficiários. (Freitas; *et al.*, 2017, p.15).

Isso destaca que as políticas de assistência estudantil, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), têm impacto positivo no desempenho acadêmico e na permanência dos estudantes na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Os estudantes beneficiados apresentam coeficiente de rendimento (CR) superior aos não beneficiados, além de taxas de evasão e retenção menores. Isso demonstra que as políticas de assistência não apenas garantem igualdade de oportunidades, mas também contribuem diretamente para a melhoria do desempenho acadêmico e a redução da desistência, mostrando que a assistência estudantil é eficaz na promoção da equidade no ensino superior.

Descrição e Análise de Dados

No modo geral, a PNAES exerce influências positivas para o meio acadêmico e para a economia à longo prazo, melhorando o desempenho dos estudantes beneficiados de maneira evidente, também diminui a taxa de evasão destes mesmos alunos. Porém, o programa governamental ainda está muito longe de ser perfeito, pois ele não consegue abranger todos os alunos que têm necessidades, o valor da bolsa não é o suficiente para o mantimento integral do beneficiário e ainda possui uma barreira social, o preconceito, que vem se destacando entre os alunos da rede superior. O que abre espaço para a discussão de dois temas: o debate “direito ou bolsa” mencionado anteriormente e a necessidade de maiores recursos financeiros para a PNAES.

Em relação ao debate “direito ou bolsa”: o próprio Artigo 205 da Constituição da República diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Dando ênfase em — direito de todos e dever do Estado, — outro artigo que sugere, mesmo que indiretamente, a necessidade do PNAES se tornar um direito do aluno está no Artigo 206 que

diz “o ensino será ministrado com [...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988), entre outras coisas. Outra forma de entender a necessidade da PNAES se tornar uma do direito do estudante, está na constatação feita pela pesquisa de Carlos Dias e Helen Sampaio (2023) onde perceberam a parcialidade dos assistentes sociais com relação aos cursos, um exemplo está no entendimento da assistente social “sobre os recursos financeiros do Pnaes, Rafaela entende que as áreas da psicologia e da pedagogia não precisam necessariamente deles” (Dias e Sampaio, 2023, p. 10), a mesma diz isso referindo a quantidade de estágios dentro do mercado de trabalho destes dois cursos. Essa imparcialidade é prejudicial ao aluno, pois independente do seu curso ter ou não oportunidades já no período de graduação, eles ainda podem ter fatores que sejam obstáculos para a conclusão do curso, impedindo-os de obter o diploma superior e perpetuando a desigualdade de oportunidades entre as classes sociais brasileiras.

Considerações Finais

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) exerce, para a educação superior brasileira, grandes benefícios, entretanto o programa ainda precisa melhorar em diversos aspectos, como a sua abrangência estudantil, a qual não alimenta toda a rede de alunos necessitados do apoio financeiro; como os valores disponibilizados para os alunos mediante as suas respectivas bolsas, das quais eles não conseguem viver integralmente, fazendo-os ainda se preocupar com coisas externas, e por isso, tendo que arrumar maneiras criativas para conseguir se sustentar dentro da sua formação acadêmica, por exemplo: morar em república, organizar festas ocasionais com fins lucrativos, vendas informais de doces e salgados dentro do campus, oferecer mão de obra (quase sempre barata) aos fins de semana. O programa, ainda é visto, como um benefício para um aluno fracassado e sem condição de manter o próprio estudo, além de que uma parte dos assistentes sociais veem os cursos com uma ótica parcial através das suas pré-informações sobre oportunidades dentro do mercado de trabalho, o que pode não refletir com a realidade única de vários alunos.

Ainda sim, com todos esses problemas apresentados, o PNAES, diminui a taxa de evasão dos alunos dentro da rede de educação superior do Brasil, aumenta o desempenho acadêmico dos beneficiários e os dão mais tempo livre, incentivando-os a realizar atividades extra curriculares, como pesquisas, trazendo à longo prazo, para o Brasil, benefício em relação

a economia do país.

Tratar o programa como um direito do estudante, tornará as suas contribuições mais intensas do que já são e diminuirá o preconceito que atinge contra os beneficiários.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. C. O PNAES e sua importância para a inclusão social e educacional dos estudantes brasileiros. **Revista Brasileira de Educação Superior**, 37(1), 103-112, 2017.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior. Maioria dos alunos das universidades federais tem renda baixa e é parda ou preta e vem de escola pública. 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/2019/05/17/maioria-dos-alunos-das-universidades-federais-tem-renda-baixa-e-parda-ou-preta-e-vem-de-escola-publica/#:~:text=BRAS%C3%80DLIA%20%E2%80%93%20maioria%20dos%20alunos,pais%20que%20n%C3%A3o%20fizeram%20faculdade%20>>. Acesso em: 05 de mar. 2025

BLANCO, R. Aprendendo na diversidade: Implicações educativas. **Foz do Iguaçu**: 2003. Disponível em:

<<http://entreamigos.org.br/sites/default/files/textos/Aprendendo%20na%20Diversidade%20Implica%C3%A7%C3%B5es%20Educativas.pdf>>. Acesso em 08 de mar de 2025.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista Odontológica da Universidade Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. Edição de 2015 contabiliza mais de 8,4 milhões de inscritos. Governo do Brasil, 9 jun.2015.Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/edicao-de-2015-contabiliza-mais-de-84-milhoes-de-inscritos>>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui o Programa Nacional de Apoio à Educação Superior (PNAES) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 jul. 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14914.htm>. Acesso em: 5 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. PNAES: MEC vai ampliar assistência estudantil na educação superior. Governo do Brasil, 17 jul. 2024. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/pnaes-mec-vai-ampliar-assistencia-estudantil-na-educacao-superior>>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Manual de gestão do Programa Bolsa Permanência. Brasil: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=68871-manual-gestao-pbp&category_slug=programa-bolsa-permanencia&Itemid=30192%20class=doclink>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Balanço do Enem: 2,98 milhões de alunos compareceram ao segundo dia de provas. Governo do Brasil, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/11/balanco-do-enem-2-98-milhoes-de-alunos-compareceram-ao-segundo-dia-de-provas#:~:text=EDUCA%C3%87%C3%83O-,Balan%C3%A7o%20do%20Enem%3A%202%2C98%20milh%C3%B5es%20de%20alunos%20compareceram,ao%20segundo%20dia%20de%20provas&text=O%20segundo%20dia%20de%20provas,alunos%20em%20todo%20o%20pa%C3%ADs>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. Métodos de pesquisa em administração. 11. ed. São Paulo: Bookman, 2011.

DIAS, C. E. S. B.; SAMPAIO, H. A constituição da assistência estudantil como campo científico. Cadernos de Pesquisa, v. 53, p. e10516, 2023.

FREITAS, Tiarajú Alves de; *et al.* Análise do desempenho dos discentes beneficiados pelo Programa PNAES na Universidade Federal do Rio Grande em 2015. 2015. Florianópolis.

LIMA, A. F. A assistência estudantil como direito: uma análise da PNAES. Cadernos de Pesquisa, 48(170), 56-72, 2018.

LIMA, P. A. Educação Inclusiva e Igualdade Social. São Paulo: Avercamp, 2006.

LOBO, Maria Beatriz Carvalho de Mello. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Cadernos, Brasília, DF, v. 25, 2012.

MACHADO, J. P.; PAN, M. A. G. DE S. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. Estudos de Psicologia (Natal), v. 21, n. 4, p. 477-488, out. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, 2010.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. As incomparáveis virtudes do mercado: políticas sociais e padrões de atuação do estado nos marcos do neoliberalismo. In: KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maras Malta; HADDAD, Sérgio (Org.). O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate. **Campinas: Autores Associados**, 2000. p. 3-42.

ONO, C. T.; ORLANDO, P. H. Um Panorama da História da Religião Cristã no Brasil e Seus Impactos na Educação. 2024.

SACCARO, Alice; FRANCA, Marco Túlio Aniceto; JACINTO, Paulo de Andrade. Retensão e evasão no ensino superior brasileiro: uma análise dos efeitos da bolsa permanência do PNAES. 2016.

SPARTA, Mônica; GOMES, William B. Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. Rev. bras. orientac. prof., São Paulo, v. 6, n. 2, p. 45-53, dez. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Censo da Educação Superior 2023 aponta 1,3 milhão de estudantes na rede federal. UFMS, 3 out. 2024. Disponível em: <<https://www.ufms.br/censo-da-educacao-superior-2023-aponta-13-milhao-de-estudantes-na-rede-federal>>. Acesso em: 11 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Atualização da tabela com os valores das bolsas. UFG, 14 out. 2021. Disponível em: <<https://prae.ufg.br/n/147299-atualizacao-da-tabela-com-os-valores-das-bolsas>>. Acesso em: 11 mar. 2025.